

EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE PESSOAS SURDAS E RESISTÊNCIA EM DELEUZE E GUATARRI

BILINGUAL EDUCATION OF DEAF PEOPLE AND RESISTANCE IN DELEUZE AND GUATARRI

Daniane Pereira¹

Wolney Gomes Almeida²

RESUMO

Esse texto visa discutir a educação bilíngue de pessoas surdas e sua resistência político-lingüística, estabelecendo conexão entre a filosofia francesa, utilizando as ideias de Deleuze e Guatarri, no que diz respeito à ação conceitual e criativa da filosofia da diferença, através de pesquisa bibliográfica. Discussão relevante para a inclusão e valorização da diversidade lingüística e cultural. No contexto da educação bilíngue de pessoas surdas, a resistência refere-se ao movimento e à luta para garantir o reconhecimento e a valorização da língua de sinais nas instituições educacionais. Historicamente, as pessoas surdas enfrentaram discriminação e marginalização na sociedade, e isso se refletiu também no campo da educação. A resistência surge como uma resposta a essas formas de exclusão e opressão. Os sujeitos surdos têm lutado por seus direitos lingüísticos e educacionais, reivindicando o reconhecimento e o uso da língua de sinais como um direito fundamental. A resistência busca desafiar as práticas educacionais que priorizam a oralização e desconsideram a língua de sinais como meio de comunicação efetivo para as pessoas surdas. Busca garantir o acesso à educação inclusiva, que valorize a cultura surda, proporcione aquisição plena da língua de sinais e promova o desenvolvimento acadêmico e socioemocional dos estudantes surdos. Ao enfrentar as barreiras e desafios impostos pelo sistema educacional, a resistência tem como objetivo superar a visão deficitária da surdez, que considera a surdez como uma deficiência a ser corrigida, e reconhecer a língua de sinais como uma língua legítima e apropriada para a comunicação e o aprendizado das pessoas surdas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação bilíngue. Filosofia da diferença. Língua de Sinais Brasileira. Pessoa surda. Resistência.

ABSTRACT

This text aims to discuss the bilingual education of deaf people and their political-linguistic resistance, establishing a connection between French philosophy, using the ideas of Deleuze and Guatarri, with regard to the conceptual and creative action of the philosophy of difference, through bibliographical research. Relevant discussion for the inclusion and appreciation of linguistic and cultural diversity. In the context of bilingual education for deaf people, resistance refers to the movement and struggle to ensure the recognition and appreciation of sign language in educational institutions. Historically, deaf people have faced discrimination and marginalization in society, and this has also been reflected in the field of education. Resistance emerges as a response to these forms of exclusion and oppression. Deaf subjects have been fighting for their linguistic and educational rights, claiming the recognition and use of sign language as a fundamental right. Resistance seeks to challenge educational practices that prioritize oralization and disregard sign language as an effective means of communication for deaf people. It seeks to ensure access to inclusive education that values deaf culture, provides full acquisition of sign language and promotes the academic and socio-emotional development of

¹ Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), daniane.pereira@ufsb.edu.br, <https://orcid.org/0000-0001-5594-3063>.

² Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), wgalmeida@uesc.br, <https://orcid.org/0000-0003-1454-8213>.

deaf students. By facing the barriers and challenges imposed by the educational system, the resistance aims to overcome the deficient view of deafness, which considers deafness as a disability to be corrected, and to recognize sign language as a legitimate and appropriate language for communication and the learning of deaf people.

KEYWORDS: Bilingual education. Philosophy of difference. Brazilian Sign Language. Resistance. Deaf.

1. Introdução

A educação bilíngue de pessoas surdas e as suas resistências são temas relevantes e complexos para discussão. A intersecção discursiva entre os conceitos sociológicos no campo da Educação e da Diferença e as percepções filosóficas de Deleuze e Guattari (1995), exploraram questões de poder, subjetividade e resistência em suas obras. De acordo com eles, a sociedade é marcada por relações de poder que moldam e limitam a forma como nos relacionamos com o mundo. Nesse sentido, a educação bilíngue de pessoas surdas se torna um campo de resistência, uma vez que desafia os padrões estabelecidos pela sociedade ouvinte, que muitas vezes privilegia a modalidade oral da língua e desconsidera as especificidades da comunidade surda.

A educação bilíngue para pessoas surdas se baseia no reconhecimento e no respeito à língua de sinais como primeira língua desses indivíduos. A língua de sinais é uma língua natural e completa, com estrutura gramatical própria, expressividade e capacidade de comunicação plena. Por muito tempo, a educação de pessoas surdas foi baseada em abordagens que visavam a oralização e a proibição da língua de sinais, o que resultava em exclusão e dificuldades de aprendizado.

No entanto, com o reconhecimento da língua de sinais como língua legítima e o avanço dos estudos sobre a educação de pessoas surdas, a abordagem bilíngue passou a ser defendida como a mais adequada. Essa abordagem propõe o ensino da língua de sinais desde a mais tenra idade, permitindo que as crianças surdas desenvolvam plenamente sua capacidade de comunicação e adquiram conhecimentos acadêmicos em sua língua materna. A educação bilíngue para indivíduos surdos propõe o ensino simultâneo de uma língua de sinais, como a Língua de Sinais Brasileira (LSB) ou Libras (Língua Brasileira de Sinais), e da língua oral majoritária na forma escrita, como a Língua Portuguesa (LP). Essa abordagem reconhece a importância da língua de sinais como meio de comunicação natural e fundamental para o desenvolvimento cognitivo e linguístico dos sujeitos surdos. Além disso, a educação bilíngue busca superar as barreiras linguísticas e proporcionar uma educação inclusiva e igualitária.

Pesquisas e experiências práticas têm demonstrado que a educação bilíngue promove o desenvolvimento cognitivo, linguístico e social das pessoas surdas. Além disso, a educação bilíngue respeita a identidade cultural e linguística desses indivíduos, fortalecendo sua autoestima e promovendo uma inclusão mais efetiva na sociedade.

No contexto da educação bilíngue de pessoas surdas, a resistência refere-se ao movimento e à luta para garantir o reconhecimento e a valorização da língua de sinais nas instituições educacionais. Surge quando a comunidade surda e os defensores da educação bilíngue se opõem às políticas e práticas

que negam a diversidade linguística e impõem a exclusão dos indivíduos surdos. A resistência pode se manifestar em diversos níveis, desde a mobilização de movimentos sociais e a luta por políticas públicas inclusivas até a valorização da identidade surda e o reconhecimento da língua de sinais como língua legítima. Historicamente, as pessoas surdas enfrentaram discriminação e marginalização na sociedade, e isso se refletiu também no campo da educação.

A resistência surge como uma resposta a essas formas de exclusão e opressão. Os sujeitos surdos têm lutado por seus direitos linguísticos e educacionais, reivindicando o reconhecimento e o uso da língua de sinais como um direito fundamental. Esta resistência busca desafiar as práticas educacionais que priorizam a oralização e desconsideram a língua de sinais como meio de comunicação efetivo para as pessoas surdas.

A luta pela educação bilíngue nas instituições educacionais inclui a demanda pelo ensino da língua de sinais como primeira língua e a promoção do bilinguismo, combinando a língua de sinais com a língua majoritária do país em que a pessoa surda vive. A resistência busca garantir o acesso à educação inclusiva, que valorize a cultura surda, proporcione a aquisição plena da língua de sinais e promova o desenvolvimento acadêmico e socioemocional dos estudantes surdos.

Deleuze e Guattari (1995) também abordaram a noção de desterritorialização, que pode ser aplicada à educação bilíngue de pessoas surdas. A desterritorialização implica na desestabilização das estruturas dominantes e na abertura para novas possibilidades de aprendizagem e expressão. Nesse sentido, a educação bilíngue de pessoas surdas desafia a territorialização da educação oralista e audista, que coloca a língua falada como única forma válida de comunicação, e abre caminho para uma educação mais inclusiva e respeitosa com a diversidade linguística.

Em suma, a discussão sobre a educação bilíngue de pessoas surdas e resistência, à luz das ideias de Deleuze e Guattari, destaca a importância de reconhecer e valorizar a língua de sinais, promover uma educação inclusiva e lutar contra as estruturas de poder que excluem e marginalizam os surdos. Essa reflexão nos convida a repensar nossos padrões educacionais e buscar práticas que promovam a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade linguística e cultural.

Ao enfrentar as barreiras e desafios impostos pelo sistema educacional, a resistência tem como objetivo superar a visão deficitária da surdez, que considera a surdez como uma deficiência a ser corrigida, e reconhecer a língua de sinais como uma língua legítima e apropriada para a comunicação e o aprendizado das pessoas surdas.

2. Referencial teórico

2.1. Cartografia

Spinoza (2009) desenvolve uma ética baseada na compreensão adequada da natureza das coisas. Ele argumenta que, ao entendermos corretamente as causas e os efeitos que governam o mundo, podemos alcançar a liberdade e a felicidade. Uma conexão interessante entre Spinoza (2009) e a cartografia pode ser feita considerando-se o conceito de afetos. Spinoza descreve os afetos

como as paixões e emoções que afetam os seres humanos. Ele argumenta que, ao compreendermos adequadamente as causas desses afetos, podemos superar as paixões tristes e alcançar uma vida mais afetiva. Segundo o autor, o corpo interage com o universo ao influenciá-lo e ao ser influenciado por ele. Somos constituídos não apenas por racionalidade, mas também por emoções e sentimentos. A razão não possui supremacia sobre o corpo, e o corpo não domina a razão; eles não têm uma relação de causa e efeito. Spinoza (2009) defende uma perspectiva monista, na qual mente e corpo são elementos inseparáveis, formando uma única entidade. Nessa visão, não há um poder hierárquico entre eles, e o conhecimento da razão e dos afetos não é fundamentalmente diferente.

O corpo humano pode ser afetado de muitas maneiras, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, enquanto outras tantas não tornam sua potência de agir nem maior nem menor. O corpo humano pode sofrer muitas mudanças, sem deixar, entretanto, de preservar as impressões ou traços dos objetos e, conseqüentemente, as mesmas das imagens das coisas. (Spinoza, 2009, p. 99)

Sua perspectiva geral sobre a natureza, a compreensão adequada e os afetos pode ser relacionada aos princípios subjacentes à cartografia. As informações mudam o tempo todo, mas, nos permite uma organização no caos, tendo em vista que é formado por afetos e os afetos são subjetivos. Cartografia é acompanhar processos.

A relação entre a cartografia de Spinoza (2009) e a educação de pessoas surdas pode ser estabelecida considerando algumas das ideias e conceitos presentes no pensamento do filósofo. Ele foi um importante pensador do século XVII, conhecido por suas contribuições para a filosofia, ética e política. Sua abordagem pode ser aplicada à educação de pessoas surdas de maneiras que promovam a inclusão e o desenvolvimento integral desses indivíduos. Algumas conexões:

A afirmação da igualdade e dignidade: Spinoza (2009) defendia a igualdade intrínseca de todos os seres humanos. Ao aplicar esse princípio na educação de pessoas surdas, significa reconhecer a igualdade de valor e a dignidade desses indivíduos, oferecendo oportunidades de aprendizado e desenvolvimento plenos.

A potência e a ação: O autor considerava que cada ser possui uma potência inerente para agir e se desenvolver. No contexto da educação de pessoas surdas, isso significa reconhecer o potencial desses indivíduos para aprender, se comunicar e se expressar, e proporcionar os recursos e as estratégias necessárias para que eles possam exercer sua agência educacional.

O corpo e a expressão: Ele destacava a importância do corpo como meio de expressão e conhecimento. Na educação de pessoas surdas, isso pode ser relacionado com a valorização da linguagem de sinais e de outros recursos visuais e gestuais como formas de comunicação e expressão plenas. Reconhecer a importância do corpo e da expressão visual amplia as possibilidades de interação e aprendizado.

A potência da multidão: Afirmava que a colaboração e o convívio em comunidade potencializam a ação e o desenvolvimento humano. Na educação de pessoas surdas, isso pode ser aplicado ao incentivar a formação de comunidades de aprendizado inclusivas, onde sejam valorizadas as diferentes perspectivas e experiências dos sujeitos surdos, promovendo um ambiente enriquecedor para todos.

A ética da alegria: Enfatizava a busca pela alegria como um caminho para a realização humana. Na educação de pessoas surdas, isso implica em criar ambientes de aprendizado positivos e inclusivos, onde a alegria seja valorizada e cultivada. Reconhecer e celebrar as conquistas e potencialidades dos estudantes surdos contribui para sua autoestima e motivação.

Essas são algumas conexões entre a cartografia de Spinoza (2009) e a educação de pessoas surdas. É importante ressaltar que cada pessoa surda é única, e a abordagem educacional deve considerar suas necessidades individuais e a diversidade dentro dessa comunidade.

2.2. Mecanismos contra o Estado e a educação de pessoas surdas

Deleuze e Guatarri (1995), trazem a ideia de formação de corpo como máquina. Por exemplo, boca como máquina de comer. Segundo Spinoza (2009), a subjetividade é essa conexão entre as máquinas. Junção do externo e interno. Daí o corpo ser um fio condutor. Afeto é como as coisas vão se afetando. A potência de um corpo está ligada à medida do seu potencial para ser afetado; em outras palavras, a capacidade de afetar de um corpo está diretamente ligada à extensão em que pode ser afetado por outro corpo. Essa conexão cria um ciclo de influência mútua, onde um não pode operar sem o outro, revelando uma interdependência entre ambos os poderes. O evento resultante desta interação com as máquinas.

De acordo com Deleuze e Guattari (1995), a atividade do guerreiro só tem função porque é exterior ao aparelho de Estado, mas, produz ações no aparelho de Estado. Os autores discutem sobre a sociedade e o Estado e relacionam estes à ideia da máquina de guerra e Estado. Ideia de que a sociedade não busca formação de Estados. A formação de uma sociedade não leva à formação de um Estado e que, na realidade, algumas sociedades ditas primitivas se colocam contrárias à formação do Estado. Apontam que:

- o Estado conserva: o Estado tem a função de manter as coisas como estão. De fixar. Deleuze e Guatarri (1995) vão dizer que é isso que a sociedade tenta evitar.
- homem de Estado x chefe: a sociedade tenta impedir o surgimento de um homem de Estado e o poder que ele exerce na construção social e se envolvem com a figura do chefe, que não é investido de poder e se organiza pelo prestígio social.
- guerra: um instrumento que pode impedir que o chefe se torne homem de Estado, impedindo que o Estado surja.
- Estado contra a guerra x a guerra contra o Estado: o Estado evita a guerra, mas, a própria guerra vai contra o Estado. Figura do homem de guerra, do guerreiro, que apesar de seus feitos, não se torna um homem de Estado. Permanece um guerreiro. Não almeja o poder.

Assim, grupos minoritários surgem como exemplo de chefes.

Se existem modelos de organização sem a formação do Estado (ex. bandos nômades), por que ele acontece? O que faz com que ele ocorra? Vontade de submissão? Servidão voluntária? Nietzsche (1998) tem ideia da submissão como algo não natural. Para ele, servir é contrário à natureza humana.

Para Spinoza (2009), o corpo busca felicidade, o aumento de potência. O Estado é o oposto da liberdade.

De acordo com Foucault (1984), a formação do Estado ocorre via processo de subjetivação, na construção do sujeito. Por nascer na lógica do Estado, deseja esta servidão voluntária. Segundo o pensamento de Deleuze e Guattari (1995) e Foucault (1984), podemos refletir sobre a servidão como aquilo que aprisiona nossa capacidade de agir e conceber novas maneiras de viver plenamente. Isso significa que a servidão atua como uma força que subjuga nossa potencialidade para criar e transformar a vida, limitando nossas possibilidades de expressão e inovação.

Deleuze e Guattari (1995) oferecem críticas importantes à figura do chefe de Estado. Para eles, o chefe de Estado representa uma manifestação do poder estatal que visa a centralização e a codificação do poder em uma única figura, geralmente associada a uma estrutura hierárquica de controle. A figura do chefe de Estado, segundo os autores, está ligada ao conceito de “máquina de poder”, que é um dispositivo que organiza, direciona e mantém o funcionamento do Estado e suas instituições. Essa máquina de poder é vista como uma força repressiva que busca controlar os fluxos sociais, restringir as multiplicidades e impor uma ordem normativa que favorece os interesses dominantes.

Eles argumentam que o chefe de Estado personifica uma forma de poder que busca a territorialização, ou seja, a imposição de limites e fronteiras que separam e distinguem o interior do exterior, o governante dos governados. Essa territorialização é vista como uma estratégia de controle que visa a homogeneizar e normalizar as populações, impondo identidades fixas e definidas.

Além disso, Deleuze e Guattari (1995) criticam a personalização do poder representada pelo chefe de Estado, argumentando que ela tende a obscurecer as relações de poder mais difusas e sutis que operam nas sociedades. Ao concentrar o poder em uma única figura, as dinâmicas de dominação e subordinação são simplificadas e dissimuladas, dificultando a compreensão das verdadeiras estruturas de poder que operam nas sociedades contemporâneas.

Em vez de uma figura centralizada e hierárquica como o chefe de Estado, os autores propõem a criação de novas formas de organização política baseadas na descentralização do poder, na multiplicidade de vozes e na horizontalidade das relações sociais. Eles defendem a emergência de movimentos sociais e práticas políticas que desafiam as estruturas de poder existentes e buscam criar espaços de liberdade, autonomia e experimentação política.

Pensemos no exemplo do professor como figura do chefe de Estado, que quando se propõe a algo diferente, aprendizagem em bando (aprendizagem ativa; sujeito-ação), suas ideias são ditas como anarquismo. É questionado pelos alunos, para que se comporte como professor tradicional, a figura que centraliza o poder, o conhecimento, o que faz com que a máquina se mantenha.

Em outro exemplo, temos a maioria dos professores, que tendem a separar os grupos para dispersar o chefe, demonstrando o incômodo pelo surgimento de bandos e mecanismos de controle.

Máquina de guerra age contra o Estado. Educação em bando seria uma máquina de guerra? Fica a potência dos bandos.

Deleuze e Guattari (1995) abordam a relação entre poder, política e resistência. Embora seu trabalho não trate especificamente da educação de surdos, alguns conceitos apresentados por eles podem ser aplicados a esse contexto de maneira interessante. Uma das ideias centrais é a noção de que as estruturas de poder são combatidas por meio de «máquinas de guerra», que são formas de resistência que operam fora das instituições estabelecidas. Essas máquinas de guerra são caracterizadas pela criatividade, pela mobilidade e pela capacidade de adaptar-se às circunstâncias em constante mudança.

Ao pensar na educação de surdos, pode-se considerar a abordagem proposta por Deleuze e Guattari (1995) como uma forma de repensar as estruturas tradicionais de ensino e buscar alternativas que sejam mais inclusivas e sensíveis às necessidades específicas dos estudantes surdos.

Escolas são lugares de resistência. Daí, uma máquina de guerra emerge no cotidiano das escolas que podem ser combatidas ou não. Podemos pensar em formação de máquinas de guerra contra determinadas políticas de educação de estudantes surdos, por exemplo. Máquinas de guerra que visem minar esta política ou que venham a instituir outras políticas. Muitas vezes essas máquinas de guerra podem ser cooptadas pelo Estado ou neutralizadas.

Nesse sentido, as máquinas de guerra podem ser entendidas como práticas educacionais inovadoras que rompem com os modelos padronizados e estabelecem novas formas de aprendizado. Isso pode incluir o uso de tecnologias assistivas, como dispositivos de comunicação aumentativa e alternativa, que auxiliam na comunicação e interação dos surdos no ambiente educacional.

Além disso, a mobilidade das máquinas de guerra também pode ser interpretada como a capacidade de adaptar os métodos de ensino de acordo com as necessidades individuais dos estudantes surdos. Cada aluno possui características únicas e formas distintas de aprender, e a educação inclusiva busca proporcionar um ambiente flexível e personalizado para atender a essas diferenças.

Deleuze e Guattari (1995) discutem o conceito de “potência” como algo que vai além das estruturas tradicionais de poder e hierarquia, e afirmam que a potência pode ser encontrada em diversos aspectos da vida social.

Quando relacionamos a potência mencionada por Deleuze e Guattari ao movimento surdo, podemos considerar que esse movimento possui uma multiplicidade de potências que vão além da língua de sinais e das identidades surdas. Essas potências estão relacionadas à capacidade do movimento surdo de reivindicar seus direitos, lutar por inclusão e criar novas formas de expressão e comunicação.

O movimento surdo tem se esforçado para ser reconhecido como uma comunidade cultural e linguística com seus próprios valores, tradições e perspectivas. Além da língua de sinais, o movimento

surdo tem produzido outras formas de expressão, como a literatura surda, o teatro visual e a arte visual, que são manifestações de potência criativa e resistência.

Os autores (Deleuze; Guattari, 1995), referem-se a uma educação que não se enquadra nos moldes tradicionais, que questiona as normas estabelecidas e busca abrir espaço para a multiplicidade de potências. No caso da educação surda, uma abordagem de “educação menor” poderia envolver a valorização da cultura e da língua de sinais, o incentivo à expressão criativa e o reconhecimento das identidades surdas como uma potência a ser fortalecida, ao invés de uma deficiência a ser corrigida.

Portanto, ao relacionar a potência mencionada por Deleuze e Guattari (1995) ao movimento surdo, podemos reconhecer a capacidade do movimento surdo de desafiar as estruturas de poder dominantes, criar formas de expressão e comunicação próprias e reivindicar sua identidade cultural e linguística. A “educação menor” surge como uma abordagem que valoriza e fortalece essas potências, permitindo o desenvolvimento pleno das pessoas surdas.

É importante ressaltar que a aplicação dessas ideias requer um profundo entendimento das necessidades e desafios específicos enfrentados pelos sujeitos surdos, assim como o envolvimento de profissionais especializados na área da educação inclusiva. A colaboração entre educadores, estudantes surdos e suas comunidades é fundamental para criar práticas educacionais eficazes e garantir uma educação de qualidade para todos.

Ao pensarmos estas relações profissionais com vistas para uma educação politicamente pensada sobre a diferença da pessoa surda, compreendemos os resultados de uma educação que promove a diferença através das próprias práticas especializadas, que enxerguem as especificidades linguísticas e culturais da pessoa surda. Isso revela um olhar sobre a língua que queremos oferecer aos sujeitos surdos, dentro das relações de poder(es) que se estabelecem no campo educacional. Quando pensamos nesta educação bilíngue para pessoas surdas, pensamos então:

A prática da linguagem escrita em português pelos alunos surdos tem provocado reflexões linguísticas, especialmente no que se refere à concepção hegemônica de língua, devido às produções “atípicas” e a grande dificuldade de compreensão dos textos escritos nessa língua. De acordo com Guarinello (2007), muitos desses alunos não conseguem ler e escrever o mínimo necessário à vida profissional, mesmo depois de frequentar a escola por um bom tempo. No entanto, o que se percebe é que a escola, enquanto um contexto de aprendizagem formal, não tem clara a compreensão linguística dos diferentes povos que nela estão e promove, com isso, o isolamento e a discriminação de grupos linguísticos minoritários. (Almeida; Santos, 2020, p. 5)

Assim, chegamos à compreensão de que uma política bilíngue para surdos no Brasil resulta, portanto, de uma lógica subversiva dos preceitos constitucionais de igualdade como sendo este um princípio fundamental que norteia as diretrizes educacionais do nosso país, e que, indubitavelmente, deve ser uma prática que revele o direito à(s) diferença(s) cultural, linguística e política.

2.3. Educação bilíngue de pessoas surdas no Brasil e a Lei nº 14.191/2021

A educação bilíngue de sujeitos surdos no Brasil tem passado por significativas transformações, principalmente com o reconhecimento legal e a implementação de políticas específicas que buscam garantir uma educação de qualidade e inclusiva para a comunidade surda. Um marco importante neste contexto foi a Lei nº 10.436 (Brasil, 2002), que reconheceu a LSB como a língua da comunidade surda brasileira. Esta lei foi regulamentada pelo Decreto nº 5.626 (Brasil, 2005), que definiu diretrizes para a inclusão da LSB no sistema educacional e para a formação de professores e Tradutores Intérpretes de LSB/LP.

Mais recentemente, a Lei nº 14.191 (Brasil, 2021) trouxe novas disposições sobre a educação bilíngue para alunos surdos, reforçando a importância e a necessidade de políticas educacionais que promovam o bilinguismo na educação de sujeitos surdos. Esta lei alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), introduzindo a educação bilíngue de surdos como uma modalidade de educação escolar que deve ser ofertada de forma preferencial em escolas bilíngues ou em classes bilíngues em escolas regulares.

Art. 60-A. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos (Brasil, 2021).

A Lei nº 14.191 (Brasil, 2021) reconhece a LSB como a primeira língua (L1) da pessoa surda e a LP na modalidade escrita como a segunda língua (L2). Este reconhecimento é fundamental, pois reforça a importância da LSB no desenvolvimento linguístico e cognitivo dos alunos surdos, ao mesmo tempo em que promove o acesso à LP escrita, essencial para a inclusão social e acadêmica.

A educação bilíngue de sujeitos surdos no Brasil é baseada em alguns princípios fundamentais. Primeiramente, o uso da LSB como língua de instrução desde a educação infantil é crucial para o desenvolvimento pleno das capacidades linguísticas e cognitivas dos estudantes surdos. Estudos mostram que a aquisição precoce da LSB contribui para o desenvolvimento de habilidades acadêmicas e sociais. Além disso, a LP é ensinada como L2 com foco especial na modalidade escrita, utilizando metodologias específicas para atender às necessidades dos alunos surdos.

Um dos desafios mais significativos na implementação da educação bilíngue de surdos é a formação de professores bilíngues qualificados. Os professores devem ser proficientes em LSB e possuir competências pedagógicas para ensinar alunos surdos de forma eficaz. Investir em programas de formação inicial e continuada é essencial para assegurar que os educadores estejam preparados para atender às demandas desta modalidade educacional.

Outro desafio importante é a produção de materiais didáticos bilíngues. Esses materiais devem ser desenvolvidos considerando as especificidades da LSB e da LP, oferecendo suporte visual e textual adequado para facilitar o aprendizado dos alunos surdos.

A Lei nº 14.191 (Brasil, 2021) também destaca a importância de políticas educacionais inclusivas e de valorização da LSB. Estas políticas devem garantir recursos, infraestrutura e suporte institucional para escolas que adotam o modelo bilíngue. A promoção de um ambiente educacional inclusivo, que respeite e valorize a identidade cultural dos sujeitos surdos, é fundamental para o sucesso da educação bilíngue no Brasil.

A educação bilíngue de sujeitos surdos no Brasil, fortalecida pelo reconhecimento legal da LSB e pelas disposições da Lei nº 14.191 (Brasil, 2021), representa um avanço significativo na promoção da inclusão e do desenvolvimento integral dos alunos surdos. Apesar dos desafios, os benefícios deste modelo educacional são evidentes em termos de desenvolvimento linguístico, cognitivo e cultural. A implementação eficaz da educação bilíngue de surdos requer esforços contínuos na formação de professores, desenvolvimento de materiais didáticos e políticas educacionais inclusivas que garantam o pleno direito à educação para todos os cidadãos surdos.

3. Procedimentos metodológicos

Este é um trabalho de pesquisa bibliográfica. De acordo com Gil (2007), esta técnica envolve a seleção de materiais relevantes, a leitura atenta e crítica dessas fontes e a síntese das informações obtidas para embasar o trabalho de pesquisa.

A pesquisa bibliográfica é fundamental para o desenvolvimento de um estudo acadêmico, pois permite ao pesquisador conhecer o Estado atual do conhecimento sobre o tema em questão, identificar lacunas e tendências na literatura, além de embasar teoricamente o seu trabalho. Através dessa pesquisa, é possível obter uma visão geral do assunto, compreender as teorias e conceitos relevantes, identificar os principais autores e suas contribuições, e estabelecer um diálogo com o conhecimento pré-existente.

Para realizar uma pesquisa bibliográfica eficiente, foi definido claramente o tema de estudo e os objetivos da pesquisa. Em seguida, identificaram-se as fontes de informação relevantes, como bibliotecas, bases de dados online, periódicos científicos, repositórios digitais, entre outros. Utilizaram-se critérios de seleção para escolher as fontes mais adequadas, como a relevância, a atualidade, a credibilidade e a abrangência dos materiais.

Durante a leitura dos materiais selecionados, foram realizadas anotações e registros das referências bibliográficas corretamente, para garantir a integridade acadêmica do trabalho. Além disso, desenvolveu-se uma análise crítica das fontes, comparando diferentes pontos de vista, identificando convergências e divergências, e avaliando a consistência e a validade das informações apresentadas.

A pesquisa bibliográfica pode ser complementada por outras técnicas de pesquisa, como estudos de caso, entrevistas, questionários, observação direta, entre outros, dependendo da natureza

e dos objetivos do estudo. No entanto, mesmo quando outras técnicas são utilizadas, a pesquisa bibliográfica continua sendo uma etapa fundamental para embasar teoricamente o trabalho.

A pesquisa bibliográfica é uma técnica essencial na produção de conhecimento científico e acadêmico. Ela permite ao pesquisador se apropriar do conhecimento existente sobre o tema, embasar teoricamente o trabalho e contribuir para o avanço do conhecimento em determinada área.

4. Discussões

A educação bilíngue de pessoas surdas e a resistência são temas relevantes tanto na área da educação inclusiva quanto no contexto das teorias desenvolvidas por Deleuze e Guattari (1995). Estudiosos e pesquisadores têm explorado e discutido extensamente as ideias de Deleuze e Guattari (2010) sobre educação e seu impacto no pensamento pedagógico contemporâneo.

O conceito de “educação menor” foi proposto pelos filósofos franceses Deleuze e Guattari (2010) e nesse contexto, “menor” não se refere a algo de menor importância ou inferioridade, mas sim a uma forma de educação que escapa às hierarquias e modelos tradicionais, permitindo uma abordagem mais livre e criativa do processo educativo.

A “educação menor” é contraposta à “educação maior”, que representa o modelo hegemônico e dominante da educação institucionalizada e normativa, baseada em regras fixas, disciplinas rígidas e hierarquias de conhecimento. A “educação maior”, representada pelo sistema educacional convencional, tende a impor padrões normativos, fixos e hierárquicos que restringem a capacidade das pessoas de pensar e agir de forma autônoma. Essa “educação maior” tem como objetivo moldar os indivíduos para que se encaixem nas normas e valores estabelecidos pela sociedade dominante. De acordo com Gallo (2002):

A educação maior é aquela dos planos decenais e das políticas públicas de educação, dos parâmetros e das diretrizes, aquela da constituição e da LDB, pensada e produzida pelas cabeças bem-pensantes a serviço do poder. A educação maior é aquela instituída e que quer instituir-se, fazer-se presente, fazer-se acontecer. A educação maior é aquela dos grandes mapas e projetos. (Gallo, 2002, p. 173)

Por outro lado, a “educação menor” se caracteriza por ser uma educação desterritorializada, desinstitucionalizada e descentralizada, que valoriza a multiplicidade, a experimentação e a singularidade.

“Educação menor” não se refere a uma educação de menor importância ou de inferioridade. Pelo contrário, é uma abordagem que busca escapar dos sistemas de poder e hierarquias estabelecidos, propondo uma educação mais aberta e descentralizada.

Um dos principais objetivos da “educação menor” é promover a produção de conhecimento e subjetividade de maneira mais aberta, sem a imposição de padrões pré-definidos e normas rígidas. Deleuze e Guattari (2010) enxergam a “educação menor” como um movimento constante de devir, onde o conhecimento é construído em contínua transformação e adaptação ao contexto e às necessidades

dos indivíduos envolvidos. A “educação menor” é uma educação fora dos padrões, que se concentra na potência singular de cada indivíduo, respeitando suas diferenças e particularidades. Ela busca criar espaços de aprendizado que permitam experimentação, pensamento divergente, multiplicidade de perspectivas e conexões imprevisíveis. Conforme Gallo (2002):

Uma educação menor é um ato de revolta e de resistência. Revolta contra os fluxos instituídos, resistência às políticas impostas; sala de aula como trincheira, como a toca do rato, o buraco do cão. Sala de aula como espaço a partir do qual traçamos nossas estratégias, estabelecemos nossa militância, produzindo um presente e um futuro aquém ou para além de qualquer política educacional. Uma educação menor é um ato de singularização e de militância. (Gallo, 2002, p. 173)

A educação menor abraça a ideia de que o conhecimento não é algo estável e acabado, mas sim um processo de busca e criação constante. Ela busca romper com a segmentação do saber em disciplinas isoladas e, em vez disso, favorece a interdisciplinaridade e a conexão entre diferentes saberes. Desse modo, os estudantes são incentivados a explorar várias áreas de conhecimento, permitindo uma abordagem mais aberta e criativa do aprendizado. A noção de “educação menor” propõe uma abordagem alternativa e subversiva da educação, que desafia as estruturas e hierarquias tradicionais, buscando liberar o potencial criativo e o pensamento livre dos indivíduos.

Além disso, a “educação menor” também valoriza as diferenças individuais, respeitando as singularidades de cada aluno e incentivando sua autonomia intelectual. Os estudantes são convidados a serem coautores de seus processos de aprendizagem, participando ativamente na construção do conhecimento e no desenvolvimento de suas próprias ideias. A “educação menor” de Deleuze e Guattari (2010) é uma educação que valoriza a multiplicidade, a experimentação e a criatividade. Ela se opõe aos métodos tradicionais de ensino, que tendem a impor normas, padrões e regras predefinidas aos alunos, reprimindo sua singularidade e liberdade. Em vez disso, a “educação menor” incentiva a criação de espaços de aprendizado onde cada indivíduo possa desenvolver sua própria linha de pensamento, criar novas conexões e conceber ideias originais.

Em suma, o conceito de “educação menor” proposto por Deleuze e Guattari (2010) oferece uma perspectiva crítica e transformadora da educação, buscando desafiar as estruturas tradicionais e permitir uma abordagem mais aberta, criativa e plural do processo educativo.

Em relação à educação de pessoas surdas, o conceito de “educação menor” pode ser particularmente relevante. Historicamente, as pessoas surdas têm enfrentado a opressão e a marginalização por parte da sociedade dominante, que tende a favorecer a oralidade e a audição como as principais formas de comunicação e conhecimento.

Uma “educação menor” para pessoas surdas buscaria romper com essas normas e valorizar a língua de sinais e a cultura surda como formas legítimas de expressão e identidade. Isso implicaria uma abordagem pedagógica inclusiva, que respeite a singularidade da experiência surda e proporcione um ambiente que permita a livre expressão e o desenvolvimento criativo desses indivíduos.

Além disso, a “educação menor” poderia enfatizar a aprendizagem por meio de múltiplos modos sensoriais e cognitivos, reconhecendo a riqueza da diversidade humana e a capacidade de cada indivíduo para criar conhecimento de maneira única. Segundo Gallo (2002, p. 176): “Fazer a educação menor como máquina de guerra, não como aparelho de Estado”.

Assim, a educação menor para pessoas surdas visa promover a autonomia, a valorização da cultura surda e a participação ativa na sociedade, desafiando as estruturas opressivas e hierarquias dominantes que têm historicamente silenciado e excluído a comunidade surda.

A educação bilíngue de pessoas surdas refere-se à abordagem educacional que reconhece e valoriza a língua de sinais como a primeira língua das pessoas surdas, além de fornecer acesso à língua oral majoritária, na forma escrita, do país em que vivem. Essa abordagem reconhece a importância da comunicação visual-espacial e busca promover o desenvolvimento cognitivo, linguístico e social dos alunos surdos.

No contexto da resistência, Deleuze e Guattari (1995) desenvolveram a ideia como um conceito fundamental em sua obra “Mil Platôs”. Eles argumentam que a resistência é uma força produtiva que opera no interior das estruturas opressivas, desafiando-as e criando novas possibilidades de ação. A resistência não é apenas uma reação contra algo, mas também uma força criativa que busca transformação e libertação.

Aplicando essas ideias à educação bilíngue de pessoas surdas, podemos ver a resistência como um movimento que desafia as normas predominantes na educação e busca criar um espaço para a língua de sinais e a cultura surda. Essa resistência pode envolver a luta por políticas educacionais inclusivas, a formação de comunidades surdas que promovam a identidade e o orgulho surdo, e a valorização da diversidade linguística e cultural.

No entanto, é importante ressaltar que a relação direta entre a educação bilíngue de pessoas surdas e as teorias de Deleuze e Guattari (1995) pode variar dependendo das interpretações e aplicações específicas. As ideias desses filósofos podem ser utilizadas como uma lente teórica para analisar e compreender os processos de resistência e transformação na educação bilíngue de pessoas surdas, mas é fundamental considerar as particularidades desse campo e as vozes das próprias comunidades surdas na construção de práticas educacionais inclusivas e emancipatórias.

Conclusão

A educação bilíngue de pessoas surdas é um tema importante e está relacionado à garantia do acesso à educação e aos direitos linguísticos desses indivíduos. A educação bilíngue busca oferecer um ambiente de aprendizagem que valorize tanto a língua de sinais quanto a língua majoritária do país em que vivem.

A língua de sinais é uma língua visual-gestual utilizada pelas comunidades surdas em todo o mundo. É uma língua completa e complexa, com sua própria gramática e estrutura linguística. No entanto, historicamente, a educação de pessoas surdas tem sido dominada por abordagens que

se baseiam no ensino da língua majoritária oral, o que pode levar a uma exclusão linguística e dificuldades no aprendizado.

A resistência no contexto da educação bilíngue de pessoas surdas refere-se à luta e ao movimento para garantir o reconhecimento e a valorização da língua de sinais nas instituições educacionais. A resistência pode assumir várias formas, desde a defesa de políticas inclusivas até a criação de escolas e programas bilíngues para sujeitos surdos.

A resistência também está relacionada à superação de estereótipos e preconceitos em relação às pessoas surdas. Historicamente, tem havido uma visão deficitária das pessoas surdas, considerando sua surdez como uma deficiência que precisa ser corrigida.

No entanto, a resistência busca promover uma visão mais ampla e inclusiva, reconhecendo a identidade e a cultura surdas como válidas e valorizando a língua de sinais como uma forma legítima de comunicação.

A educação bilíngue de pessoas surdas e a resistência são temas interligados, pois a promoção da educação bilíngue é uma forma de resistência contra abordagens excludentes e opressivas que negligenciam a língua e a cultura surdas. Através da educação bilíngue, as pessoas surdas têm a oportunidade de se desenvolverem plenamente, utilizando sua língua natural e participando ativamente na sociedade.

É importante ressaltar que a educação bilíngue de pessoas surdas não implica apenas o ensino da língua de sinais, mas também o acesso a uma educação de qualidade em todas as disciplinas, adaptada às necessidades linguísticas e culturais dos estudantes surdos. A inclusão e o respeito à diversidade linguística são fundamentais para uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa.

Referência

ALMEIDA, Wolney Gomes; SANTOS, Anabela Cruz. Bilinguismo em contexto bimodal no Brasil: uma política subversiva de direito linguístico. *Interfaces da Educação*, v. 11, pp. 467-484, 2020.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 4 jun. 2024.

BRASIL. *Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/seesp/legislacao.shtm>. Acesso em: 4 jun. 2024.

BRASIL. *Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm. Acesso em: 4 jun. 2024.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6513185/mod_resource/content/1/Mil%20plato%CC%82s%20capitalismo%20e%20esquizofrenia%20Vol%201%20by%20Gilles%20Deleuze%20%28z-lib.org%29.pdf. Acesso em: 4 jul. 2023.

Educação bilíngue de pessoas surdas e resistência em Deleuze e Guatarri

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a Filosofia?* São Paulo: Editora 34, 2010.

Foucault, Michel. *História da sexualidade* (Vol. II: O uso dos prazeres). Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GALLO, Sílvio. Em torno de uma educação menor. Porto Alegre: *Educação & Realidade*, v. 27 n. 2, pp. 169-176, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/download/25926/15194>. Acesso em: 4 jul. 2023.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SPINOZA, Benedictus de. *Ética*. Tradução: Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.